

Cap. 13 - Sociedade e espaço urbano.

Emanuel Isaque Cordeiro da Silva
Tecgº em Sociologia - CAUFPE
eisaque335@gmail.com

Álvaro Lívio de Sá Koneski
M. Sc. UFRN - Mestre em Sociologia
Professor EBTT do IFPE Belo Jardim
alvaro.koneski@belojardim.ifpe.edu.br

Objetivos:

- ✓ Conhecer as principais teorias sobre as dinâmicas sociais que acontecem nos espaços urbanos;
- ✓ Identificar os interesses/objetivos, estratégias e atores envolvidos nas atividades urbanas;
- ✓ Compreender os conflitos urbanos e as suas manifestações como a violência e segregação;
- ✓ Avaliar os princípios que orientam (ou que deveriam orientar) a administração pública das cidades, relacionando-os com o papel do cidadão nas decisões de gestão.

“As cidades podem se desenvolverem e promover o crescimento econômico, a gestão democrática e justiça social para todos os moradores? ”

1. Introdução.

Junto com os estudos históricos e geográficos, a sociologia urbana se concentra na dinâmica que tornam as cidades o centro da organização social moderna. Os diferentes interesses sociais conflitantes mobilizam a população, o capital e o estado, refletindo na desigual distribuição dos serviços, da infraestrutura, da violência e criminalidade. A desigualdade social resulta em diferentes formas e organização, e de atuação política como forma de luta pelo direito à cidadania.

2. Ordem x conflito: duas perspectivas sobre as cidades.

As cidades mudaram muito desde a *polis* romana, ou as cidades renascentistas, marcadas pelo seu caráter comercial, com sacerdotes, governo, e militares ao lado de artesões especializados desenvolveu cultura, política e economia própria, até chegarem ao atual modelo da cidade industrial moderna.

As revoluções francesas e industrial que promoveram a democracia representativa e a industrialização capitalista, produziram conflitos de interesses entre os beneficiados por este sistema e os explorados, num novo ambiente completamente diferente do meio rural.

No estudo das cidades a sociologia urbana apresenta duas abordagens, uma representada pela “Escola de Chicago” que enfatiza a ordem implícita por trás do aparente caos urbano, e a outra que entende os conflitos sociais urbanos como a chave para compreensão da organização social e espacial das cidades, chamada de “Nova Sociologia Urbana”.

3. A influência da Escola de Chicago: ordenamento ecológico da cidade.

Pensa o espaço urbano como um ecossistema, sem usar a teologia ou a moral religiosa para explicar a formação das cidades e os comportamentos específicos das suas populações.

Parte do pensamento de Georg Simmel (1858-1918), que percebe as cidades cada vez maiores com interações cada vez mais complexas, na qual mescla a busca pela individualidade com a interdependência entre os indivíduos, cada vez mais especializados e detentores de saberes fragmentados dentro da produção capitalista.

Busca a especialização para tornar-se competitivo no mercado, mas em consequência mais dependente.

A grande quantidade de estímulos a qual o morador das cidades está exposto exige uma certa indiferença e discriminação, Simmel diz que o homem metropolitano age com a cabeça e no campo com o coração.

As relações metropolitanas por serem extremamente racionais seriam superficiais, os indivíduos muitas vezes são apenas um número, levando às relações impessoais.

A Ecologia Urbana tenta explicar vários fenômenos como a ocupação das cidades por diferentes classes sociais, guetos, gangues, atividades ilegais etc.

A distribuição espacial das populações urbanas é vista como uma “competição biótica” por vantagens territoriais, como em qualquer ecossistema, por meio de processos ecológicos de invasão, dominação e sucessão. Os grupos seriam formados por sua base social.

A ecologia urbana foi superada por teorias que valorizam mais as relações entre os grupos do que com o meio ambiente, mas manteve a mente aberta para evitar princípios religiosos e filosóficos, entendendo a cidade como ela é e não como ela “deveria ser”.

Donald Pierson (1900-1995), formado pela Universidade de Chicago fez suas pesquisas na Bahia e lecionou em São Paulo, onde trouxe para o Brasil a Ecologia Humana.

Ele mostra que o meio urbano constitui uma série de interações sociais que promovem diferenças qualitativas nas relações interpessoais, nas pequenas vilas todos se conhecem e exercem pressão sobre a coletividade à custa de liberdade. Nas grandes cidades os indivíduos gozam de muita liberdade e são pouco regulados pelas forças sociais, e exercem menor influência sobre ela.

A Escola de Chicago encara as cidades como laboratórios, e as veem com configurações políticas, econômicas e culturais capazes de determinar comportamentos e relações sociais. Gerou a ciência da cidade ou urbanismo → refere-se aos efeitos socioculturais das interações que ocorrem nas grandes cidades, é utilizado como sinônimo de planejamento urbano.

O pensamento sociológico busca compreender e diagnosticar os conflitos que surgiram com a urbanização; e encontrar soluções para estes problemas.

4. A Nova Sociologia Urbana.

Nos anos 70, sociólogos franceses atribuíram ao ambiente determinados comportamentos e relações sociais, para eles, a cidade seria entendida a partir do espaço gerado pelo conflito das relações de produção capitalistas.

O espanhol Manuel Castells desenvolveu a teoria do “consumo coletivo”, explica a ocupação dos espaços e a expansão das cidades pelas relações sociais (econômicas, políticas e culturais), da sociedade capitalista.

No século XX o capitalismo é dependente dos equipamentos e dos serviços urbanos fornecidos pelo Estado (como escolas, moradia, transporte, hospitais, etc.), para garantir a oferta de mão de obra, e para manter vivo o “exército industrial de reserva”; e com isso garantir a exploração, os baixos salários e o lucro do setor produtivo.

Evidentemente isso entra em conflitos com os movimentos sociais organizados que lutam contra a segregação e a concentração de riquezas, e explicam a distribuição dos espaços urbanos, dos equipamentos públicos e principalmente o papel do Estado nesse conflito.

É preciso entender que a luta pelo governo é a luta pela distribuição dos espaços e equipamentos das cidades.

4.1. O valor de troca e o valor de uso das cidades.

A cidade apresenta um valor de uso que é proporcional a sua utilidade e a qualidade dos seus equipamentos, e é atribuído coletivamente; um valor de troca, que trata o espaço urbano como uma mercadoria que pode ser comprada e vendida visando o lucro.

Resumindo as cidades se definem pelos conflitos, entre os interesses da população e os do mercado, e é gerida por um Estado que em geral está a serviço do capital que o controla (mercado imobiliário, indústria e comércio).

5. Conflitos urbanos: violência e privatização do espaço público.

A sensação de violência é compartilhada e 79% dos brasileiros (86% dos nordestinos) tem muito medo de ser assassinados, isso é usado como justificativa para as mudanças na administração das cidades, e no modo de viver das pessoas nas cidades.

Medo objetivo justificado pelo aumento da violência e subjetivo criado pela divulgação sensacionalista da mídia, com forte apelo dramático, leva a diminuição da utilização dos espaços noturnos de lazer e convivência, e a multiplicação de shopping centers e condomínios fechados com segurança privada.

Como consequência prolifera o mercado de “venda de aparelhos de segurança”, gerando uma vigilância eletrônica generalizada sobre as vidas privadas, e a construção de muros, barreiras e cercas.

A “cultura do medo” diminui o grau de coesão entre os indivíduos, facilitando estratégias autoritárias de dominação, que se aproveitam do processo de isolamento e alienação social.

Além disso, ela gera a segregação espacial, na qual os espaços e equipamentos urbanos passam a ser distribuídos a partir da capacidade das pessoas pagarem por seu uso.

Dados estatísticos sobre a violência no Brasil

Em 2012, no Brasil, 52 mil pessoas morreram vítimas de agressão; segundo a ONU acima de 10 assassinatos por 100 mil habitantes é considerado uma violência epidêmica, a média no Brasil é 26,2 colocando o Brasil em 18º lugar no ranking da violência, acima de países em guerra como o Afeganistão. (Belo Jardim 34,71 – 2 mulheres; 24 homens).

Homens negros entre 15 e 24 anos são 7% da população brasileira, mas são 26% das vítimas de homicídio. Para entender as causas sociais destes assassinatos basta olhar que nesta faixa de idade morrem em torno de 12.500 homens negros e menos de 500 mulheres brancas por ano.

Resumindo, no dia que uma criança nasce, ela tem 13 vezes mais chance de ser assassinada (entre os 15 e 24 anos) se for um homem negro do que ser ela for uma mulher branca.

A partir de 2003 a violência nas grandes cidades diminui, mas a média no Brasil se manteve estável por que ela aumentou nas cidades médias

A violência ocorre tanto nas cidades como nos campos, em todas as partes do mundo e em todas as épocas, nos últimos os crimes deixaram se ser passionais e passaram a ser cometido por desconhecidos e em locais públicos.

Uma teoria Norte americana, questionável, explica a violência pela frustração daqueles que não conseguem ascender socialmente -numa sociedade que não oferece oportunidades-, e “escolhiam” o crime para usufruir das comodidades do dinheiro.

Não surpreende que essa sociedade -com padrões baseados no dinheiro, no interesse pessoal, na ambição e marcada pelo individualismo- não faça uma autocrítica e culpe apenas o criminoso pela violência social.

A “teoria do rótulo” aponta a discriminação perpetuada por instituições governamentais como a polícia e o judiciário, que rotula jovens de etnias inferiorizadas ou de camadas mais pobres como “delinquentes”, mesmo que sejam apenas jovens vivendo os conflitos comuns à sua idade.

A “teoria crítica”, questiona o sistema penal baseado apenas em castigo e vingança, e a ideia de justificar a violência colocando toda a culpa naqueles que mais sofrem com ela.

Especialmente na França tem se desenvolvido a “teoria das classes perigosas” que associa miseráveis da classe operária a explosão de violência e criminalidade, criando na burguesia uma preocupação com a segurança.

Três comentários sobre essa teoria: a) apesar de ser bastante difundida, suas hipóteses não têm comprovação científica; b) possui grande semelhança com as teorias de Hitler que culpavam os judeus pelos problemas sociais da Alemanha; c) o brasileiro em Paris, FAZ parte deste grupo de classe perigosa.

A sociologia clássica contribui na discussão da violência com conceitos como classe social (Marx), anomia e coesão (Durkheim). No princípio buscavam as origens dos comportamentos desviantes nos próprios indivíduos, posteriormente as teorias evoluíram ao constatar que a ideia de errado ou desviante são construídas socialmente, a própria linguagem passa a ser fundamental neste debate.

Erving Goffman estuda os desvios e estigmas (forma como as pessoas são marcadas e segregadas, por possuir algum desvio em relação a expectativa do comportamento “normal”).

Entre os anos 70 e 80 os estudos da violência foram ampliados incluindo a violência do estado e de classe contra os mais pobres, baseados nos estudos de Weber e Marx.

Hoje se debate a criminalização da pobreza, mostra que o que se pretende não é a segurança pública, mas um “saneamento” social, limpando, purificando e branqueando a cena urbana. Uma espécie de “limpeza étnica” baseada na segregação dos pobres que na grande maioria é preta ou parda (veja a reação policial e social aos “rolezinhos no shopping”).

O Francês Loïc Wacquant (1960-) distingue dois tipos de violência a vista de baixo revolta principalmente de jovens das áreas pobres e violência vista de cima traduzida no impacto das políticas econômicas e sociais na vida das populações. Ele demonstra a partir de suas pesquisas na Europa, EUA e Brasil que a exclusão e estigmatização social são responsáveis pela reprodução da pobreza e da segregação e não as capacidades ou as deficiências individuais.

5.1. Segregação sócio espacial.

A segregação social está associada ao nível econômico da população que passa a ocupar espaços com ou sem infraestrutura urbana. Assim as pessoas com menos recursos precisam se deslocar mais para usufruir dos equipamentos urbanos; estimulando a propagação das injustiças sociais.

Quanto mais segregada é uma cidade há menos contato entre as pessoas, o que favorece o surgimento do preconceito, coisificando a estratificação social, o que leva ao enfraquecimento das redes sociais e dificulta a construção de um pensamento crítico de combate às desigualdades sociais. E isso leva a perpetuação da segregação sócio espacial.

Os espaços urbanos estão divididos entre centro e periferia, favelas e condomínios, demarcados pelo zoneamento urbano e pela especulação imobiliária, vigiados pela polícia e demarcados por uma forte barreira financeira, e assistidos de forma desigual pelos serviços públicos.

É importante perceber que quanto mais afastado dos equipamentos urbanos, menos servida de transporte é o local. E que o zoneamento urbano separa as atividades dentro das cidades (setor comercial, industrial, administrativo etc.), reforçando a segregação social.

Uma forma de resistência é a ocupação de espaços abandonados por sem tetos nas cidades.

Historicamente as terras no Brasil foram distribuídas, pela coroa portuguesa, preferencialmente para os que não trabalhavam nelas, e paradoxalmente excluíram os negros e índios que eram quem trabalhava nelas.

Em 1850, uma semana após a proibição formal do tráfico de negros escravizados, foi aprovada a “Lei de Terras” que regulamenta a compra e venda de terrenos, que impossibilitou à população pobre a compra de terrenos levando-os a ocupação ilegal de encostas, de morros, alagados e outros espaços sem valor comercial e de difícil habitação.

Desde então as elites vêm criando leis e códigos que regulam a construção das habitações, e que contribuem com a segregação espacial nas cidades.

6. Administração das cidades e o mercado.

A globalização influenciou a reestruturação urbana, permitindo que o pensamento neoliberal privatizasse os espaços públicos, partindo dos seguintes princípios: a) a cidade é uma mercadoria e deve ser tratada como as demais; b) a cidade deve ser gerida como um negócio, pelas leis do mercado e visando a produção do lucro. Outro ponto de vista pensa a política como forma de democratização das cidades e resolução dos conflitos sociais.

O planejamento deve enfatizar a competição entre as cidades, na disputa por investimentos e mão de obra qualificada. Com isso a cidade deixa de refletir sobre os seus aspectos éticos e políticos, esquece a função social do solo urbano numa democracia e abandona a noção de desenvolvimento urbano que significa a conquista de melhor qualidade de vida e justiça para todos os seus habitantes.

6.1. Sociedade civil e a gestão democrática da cidade.

Como uma alternativa a este modelo que privilegia os interesses privados em detrimento dos sociais, surge uma proposta de reforma urbana que propõe uma reestruturação social da cidade para promover justiça social, mediante a melhoria da qualidade de vida, e intervenções no espaço, na economia e na gestão pública.

Colocar os interesses públicos acima do mercado, é o objetivo dos mecanismos de democracia participativa, como os conselhos municipais os comitês de mobilização social, e pode ser reforçado por mecanismos da democracia direta como plebiscitos, consultas e audiências públicas.

Nesta direção dois modelos se destacam o orçamento participativo que delega poder aos cidadãos para decidirem o destino dos recursos públicos, o sucesso deste modelo depende do compromisso da administração municipal e da consciência, capacidade e mobilização da população; e a economia popular ou solidária que trata de um conjunto de atividades de caráter econômico que reforçam a sociabilidade, subsistência e desenvolvimento de determinada comunidade pobre (exemplo o Banco de Gostoso, cooperativas e associações de trabalhadores).

A compreensão das causas dos conflitos urbanos, e dos mecanismos para enfrentar as desigualdades produzidas por eles permite perceber a existência de meios técnicos e políticos capazes de promover a democracia nas cidades.

“A violência não será minimizada se olhamos apenas para ela, é preciso ver e combater as suas causas sociais”.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AO PROFESSOR KONESKI.